P A R E C E R

TC-001999/026/08

Prefeitura Municipal: Lorena.

Exercício: 2008.

Prefeito: Paulo César Neme.

Advogados: Clayton Machado Valério da Silva, Marcelo Palavéri, Mário Teixeira da Silva e outros.

Acompanham: TC-001999/126/08, TC-001086/007/08, TC-008653/026/08, TC-008671/026/08, TC-009112/026/08, TC-010004/026/08, TC-010005/026/08, TC-010257/026/08, TC-010258/026/08, TC-011320/026/08, TC-011321/026/08, TC-011736/026/08, TC-011993/026/08, TC-012397/026/08, TC-012398/026/08, TC-014251/026/08, TC-016013/026/08, TC-039273/026/08, TC-039274/026/08, TC-019873/026/09, TC-015661/026/10, TC-023239/026/10, TC-024204/026/10 e TC-000565/014/10.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

A Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão 19 de outubro de 2010, pelo voto dos Conselheiros Cláudio Ferraz de Alvarenga, Presidente e Relator, Antonio Roque Citadini e Eduardo Bittencourt Carvalho, **ACORDA**, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, emitir parecer favorável às contas da Prefeitura, com as ressalvas e recomendações constantes no voto do Relator, em especial no que concerne às falhas subsistentes nos itens "Planejamento e Execução Física", "Multas de Trânsito", "Despesas com Saúde", "Outras Despesas", "Ordem Cronológica de Pagamentos" e "Livros e Registros", bem como nos expedientes já mencionados, cuja efetiva regularização recomenda.

Registra constar dos autos que o Município aplicou no ensino 25,4% das receitas oriundas de impostos, atendendo ao artigo 212 da Constituição; também cumpriu o artigo 60, XII, do ADCT-CF, investindo 60,5% dos recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério na educação básica; aplicou 95,6% desses recursos durante o exercício e empenhou e pagou no 1º trimestre de 2009 a parcela remanescente de R\$ 842.485,29, atendendo ao disposto no § 2º do artigo 21 da Lei n. 11.494/07.

Na saúde, o Município investiu 33,6% da receita de impostos, observando o artigo 77, III, do ADCT-CF.

As despesas com pessoal corresponderam a 40,8% das receitas correntes, atendendo ao artigo 20, III, "b" da LRF. São plausíveis e podem ser acolhidas as explicações para o aumento das despesas com pessoal nos últimos 180 dias do mandato (artigo 21, parágrafo único, da LRF).

A receita prevista foi de R\$73.204.000,00, a arrecadação de R\$94.211.715,77, a receita realizada foi de R\$95.229.970,25 e a corrente líquida de R\$93.687.331,08.

Segundo a Auditoria, o exercício apresentou déficit orçamentário de 5,4%, inteiramente absorvido pelo resultado financeiro favorável do ano anterior; em 2007, houve superávit. Se considerado o balanço patrimonial da Prefeitura, não o consolidado, o déficit orçamentário foi de R\$1.018.254,48 (1,08% das receitas realizadas). Ainda considerado o balanço patrimonial da Prefeitura, não o consolidado, o exercício em exame apresentou superávit de R\$9.032.237,09, ligeiramente menor que o anterior. Os resultados econômico e patrimonial também foram positivos. O estoque de restos a pagar foi de R\$1.868.790,42 e, em 2007, de R\$2.228.778,00. Segundo a auditoria, o estoque da dívida ativa foi de R\$16.385.381,52 e, em 2007, de R\$15.270.950,78.

O Prefeito e o Vice-Prefeito receberam subsídios nos limites das normas de regência.

A Unidade de Economia da Assessoria Técnica aceitou a explicação da defesa de que o saldo correto de precatórios dos exercícios anteriores era de R\$ 1.085.737,65, pois a diferença de R\$5.191.653,67 correspondia à dívida junto ao INSS, de modo que o valor pago no exercício foi maior que a soma dos requisitórios de pequena monta e de 10% do saldo de anos anteriores, dando cumprimento aos artigos 100 da Constituição e a Emenda n. 30, como compreendidos pela jurisprudência desta Corte. Essa explicação não colide com as informações constantes do relatório da auditoria e com outros documentos disponíveis.

De outra parte, não se caracterizou o descumprimento do artigo 42 da LRF, tendo em conta que os boletins de caixas e bancos (doc. 35 e 36) demonstram disponibilidade de recursos em caixa em 31-12-08 de R\$ 2.114.835,96 e o total de restos a pagar era de R\$ 1.860.144,13. Assim, em 31-12-08 havia liquidez de caixa de R\$254.691,83.

E, o pagamento de subsídios ao Prefeito e Vice Prefeito observou a legislação de regência.

Determina que os expedientes TC-1086/007/08, TC-8653/026/08, TC-8671/026/08, TC-10257/026/08, TC-10258/026/08, TC-9112/026/08, TC-11736/026/08, TC-11320/026/08, TC-11321/026/08, TC-12398/026/08, TC-14251/026/08, TC-11993/026/08, TC-16013/026/08, TC-19873/026/09, TC-14251/026/08, TC-11993/026/08, TC-39273/026/08, TC-39274/026/08, TC-23239/026/10, TC-24204/026/10 e TC-000565/014/10, bem como o processo acessório TC-1999/126/08, permaneçam apensados a estes autos.

Complementando o atendimento ao expediente TC-8603/026/10, encaminhe-se a seu subscritor cópia do parecer e

das correspondentes notas taquigráficas.

A Auditoria verificará, oportunamente, a efetiva implantação das providências anunciadas pela defesa, inclusive, o deslinde das questões concernentes aos expedientes TC-12397/026/08, TC-10004/026/08, TC-10005/026/08 e ao expediente s/n., referente à contratação de servidores para ocupar cargos em comissão.

Esta deliberação não alcança os atos pendentes de apreciação por este Tribunal.

Publique-se.

São Paulo, 18 de novembro de 2010

CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA
Presidente - Relator

ft